

LEI Nº 431

DATA: 18/X/1968

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a adquirir
PATRULHA AGRÍCOLA

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, Decretou e eu,
Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 431

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, mediante coleta de preços, uma PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA, composta de duas unidades (2) e respectivos implementos, conforme especificação abaixo:

2 (dois) tratores agrícolas; 2 (dois) arados; 2 (duas) grades; 2 (duas) ROÇADEIRAS; 1 (uma) carreta; 2 (duas) plantadeiras; 1 (uma) carreta ponta.

§ Único – A aquisição de que trata este artigo, poderá ser realizada por pagamento a prazo, a ser contratado diretamente com a firma vencedora da coleta de preços, com financiamento do BANCO DO BRASIL S/A. ou FINAME e agentes financeiros.

Art. 2º - Para pagamento das despesas decorrentes do compromisso assumido, de que trata o parágrafo único do artigo anterior, será consignado, anualmente, no ORÇAMENTO MUNICIPAL, o valor equivalente as obrigações financeiras assumidas em razão do contrato.

Art. 3º - Sendo a transação mencionada no artigo 1º, refinanciamento para Agentes Financeiros, o Poder Executivo fica autorizado a comparecer, na qualidade de interveniente, responsabilizando-se pelo pagamento do principal e respectivos encargos, na forma do contrato.

Art. 4º - Para pagamento das obrigações contratuais, fica o Prefeito Municipal autorizado a outorgar ao Agente Financeiro, procuração “Ad-Negotia” com poderes irrevogáveis para receber junto ao BANCO DO BRASIL S/A, os recursos provenientes do excedente da arrecadação da QUOTA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, inclusive com poderes de substabelecimento, quando se tratar de refinanciamentos.

Art. 5º - Fica aberto, no corrente exercício financeiro, um crédito especial no valor de N Cr\$ 15.000,00 (Quinze mil cruzeiros novos), para atendimento da entrada de vinte por cento (20%) ou trinta por cento (30%) do valor da operação de que trata o artigo 1º desta Lei.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar operação de CRÉDITO, por antecipação da RECEITA, para fazer face as despesas oriundas de crédito especial aberto pelo artigo anterior desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua oficial publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 18 de Outubro de 1968.

PEDRO FAVARO CAVALIN
Prefeito Municipal